

# O conglomerado financeiro e o desenvolvimento industrial

DANIEL IOSCHPE

Já na década de 70 se antecipava que duas tendências marcariam o sistema financeiro brasileiro nos anos seguintes:

1. O transbordamento dos grupos financeiros para outros campos: indústria, comércio, agropecuária; e
2. A formação habitual de consórcio de bancos para o apoio aos grandes projetos da nova economia brasileira.

Na base desse processo tem-se que alguns bancos comerciais já mantinham, desde sua origem, vinculação com projetos industriais, seja por laços acionários, seja por relações de família.

Além dessa vinculação de origem, o sistema bancário construiu, com sua própria riqueza acumulada, outras extensões econômicas, tanto na área industrial como comercial e agropecuária.

E de se notar que a maioria dos bancos construíram, em torno de si, uma estrutura de empresas de serviços afins. Não demorou muito, contudo, para eles perceberem que as maiores oportunidades da economia brasileira estavam nos grandes projetos. Daí, portanto, a tendência dos bancos de se engajar nesses projetos. Isso, quer de forma associada, quer pela formação de sindicatos para financiar a parcela de recursos internos necessária e a canalizar, do exterior, a parcela em moeda estrangeira.

Essa atuação relaciona-se com a função social da empresa financeira e até mesmo com a sua imagem. Assim se pode compreender a importância que os banqueiros dão no sentido de direcionar suas organizações para uma atuação estritamente de acordo com os interesses globais da economia e da sociedade.

E, se assim o fazem, é porque entendem que esse processo passa naturalmente pela economia de mercado. Assim, os grandes grupos privados, financeiros ou não, são os mais habilitados, pelas dimensões e eficiência alcançadas, à prática das atividades de impulsionadores da economia.

A atuação do Grupo Iochpe bem espelha essa conjuntura. Com grande desenvolvimento na área financeira, nunca esteve afastado das atividades industriais. Da madeira ao trator, o grupo percorreu um longo caminho, passando pela agricultura, celulose e pela informática, através das empresas Ideal, Riocell e Edisa.

É a teoria do conglomerado financeiro-industrial, a exemplo dos zaibatsu japoneses, mas adaptado à realidade brasileira.

É e através dela que se pode melhor definir o porquê do Grupo Iochpe ter desenvolvido o projeto de nacionalização e de capitalização da Massey Ferguson Perkins S.A., de origem canadense, que agora passa a se denominar Massey Perkins S.A. Pode-se ainda adicionar à experiência anterior do grupo na área de máquinas agrícolas, com a Ideal, empresa de médio porte localizada no Rio Grande do Sul.

Para muitos pode parecer estranha a nacionalização de uma empresa de capital estrangeiro no Brasil, quando a tradição é do take over por empresas de capital estrangeiro adquirindo o controle de empresas nacionais. Pode-se apontar com o que se poderia chamar de motivação de coesão espontânea entre a empresa privada, o público investidor e órgãos governamentais a razão básica para a conclusão do projeto de tal envergadura que prevê um aporte de recursos para a Massey da ordem

de US\$ 67 milhões. E a livre iniciativa e a ação de governo operando como forças complementares e não antagonônicas.

Com isso a empresa passa a ter condições de resistir a situações adversas que possam surgir na economia brasileira por vários anos, pagar seus compromissos, gerar lucros e manter seu papel relevante no setor agrícola nacional.

Continuando a contar com a tecnologia da Massey Ferguson, do Canadá, a empresa ora nacionalizada terá seu fortalecimento operacional consubstanciado em um programa de exportação no valor de US\$ 690 milhões nos próximos oito anos.

Para o Brasil, essa nacionalização, da forma que acaba de ser feita, garante a manutenção de uma empresa produtora no País, dentro do processo de forward linkage, que é o modelo de base. É que os países em desenvolvimento, pela escassez de poupança e de tecnologia, têm por hábito executar o processo do backward linkage, partindo das indústrias finais de bens de consumo para em seguida retornar aos estágios intermediários e aos estágios iniciais de produção.

Mais pode ser feito no campo da nacionalização de empresas, com forte participação de conglomerados nacionais, por sua grande capacidade de aglutinação de recursos e por seu conceito de rentabilidade social. O empresário nacional já deu provas de sua maturidade nesse campo.

O que consideramos indispensável e que existam mecanismos favorecendo a articulação de toda a economia brasileira, através de políticas e estratégias claras de industrialização, de tecnologia, de comércio exterior e de assimilação de recursos.